

Processo Administrativo n.º 2065/2018
Dispensa n.º 001/2018
Contrato n.º 022/2018

Contratante: **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.138.294/0001-02, pela Secretaria de Educação e Esportes, neste ato apresentada pelo Ilmo **Sr. Secretário Mariano Carvalho Almeida**, brasileiro, casado, servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 09522982-9 e inscrito no CPF sob o nº 084.723.387-11, residente e domiciliado na Rua Américo Rodrigues Ferreira, nº 503, Centro, Paracambi/RJ.

Contratada: **Companhia Municipal de Desenvolvimento de Paracambi – COMDEP**, empresa pública, estabelecida na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi - RJ, inscrita no CNPJ nº 36474161/0001-64, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, **Sr. Rhavid Lima Carvalho**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade n.º 11.911.310-8 IFP e CPF n.º 096.707.677-33, residente e domiciliado na Rua Beraldo Sacchi, nº 420, Bairro Sabugo – Paracambi/RJ.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de prestação de serviços contínuos com dedicação de mão de obra exclusiva, visando executar serviços de limpeza, manutenção e conservação de setores administrativos e unidades escolares da Secretaria de Educação e Esportes, com fornecimento de mão de obra, uniformes, EPI's e ferramentas necessárias para a execução eficiente desses serviços e de acordo com as descrições constantes no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência constante nos autos do processo nº 2065/2018 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. A descrição dos serviços consta no Termo de Referência e seus anexos, e por sua natureza, sua execução não está vinculada ao conteúdo total, ficando acordado que o objeto poderá ser suprimido em qualquer percentual, na forma do art. 65, §2º, II da Lei 8.666/93, a critério da Secretaria de Educação e Esportes.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na **data de 03/07/2018 e encerramento em 03/07/2019**, podendo ser prorrogado na forma do art. 57 da Lei 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor global da contratação é de R\$1.128.555,50 (um milhão, cento e vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), cujo valor mensal será determinado pelas medições dos serviços prestados, conforme Termo de Referência.

3.2. Caso o objeto seja suprimido na forma do item 1.3, o valor global será reduzido unilateralmente pela Secretaria de Educação e Esportes, na forma do art. 65, I, "b" da Lei 8.666/93.

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

12. Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
2033. Manutenção do Ensino Fundamental;
3.3.90.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiro-pessoa Jurídica;
Código Reduzido: 684
004 Salário Educação
Empenho: 564

12. Secretaria Municipal de Educação e Esportes;
2033. Manutenção do Ensino Fundamental;
3.3.90.39.05.00.00.00 Outros Serviços de Terceiro-pessoa Jurídica;
Código Reduzido: 685
100 Recurso Próprio
Empenho: 563

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irrevogável durante a vigência original. Caso haja prorrogação do contrato, o preço proposto será reajustado pelo INPC, na forma da Lei 10.192/2001.

7. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, o pessoal, os materiais e equipamentos que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência constante nos autos do processo nº 2065/2018.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 57 e 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, observando-se, em caso de acréscimo, as amortizações de custos suportados pela CONTRATADA que não se repetirão, regra que se aplicará também nos casos de renovação na forma do art. 57, II da Lei 8.666/93.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, §2º, II da Lei 8.666, de 1993.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

13.1. A publicação de extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município ocorrerá no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

14.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Paracambi/RJ.

E assim, por estarem justos e acertados, mandaram instrumentalizar o presente Termo de Contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que lidas e achadas conforme, assinam na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paracambi, 03 de julho de 2018.

Mariano Carvalho Almeida
Secretário de Educação e Esportes

.....
Rhavid Lima Carvalho
Diretor Presidente- COMDEP

Testemunhas:

CPF:

CPF: